

(ACM ameaça mudar Constituição

Lisboa - O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, ameaçou ontem mudar a Constituição para aumentar os poderes das CPIs se o Supremo não reverter a liminar que restaurou o sigilo bancário e telefônico do ex-presidente do BC, Francisco Lopes. "É um conflito de poderes porque entendemos que a Constituição é clara quanto aos poderes da CPI", criticou o senador. "O juiz do Supremo dá a liminar sem entrar sequer no mérito e ele próprio confessa que está sem saber quem tem direito. Ele deveria, antes de dar a liminar, levar mais tempo e já definir o mérito. É de se esperar que esse assunto vá logo para o pleno do Supremo e que seja reformado para que nós não tenhamos de fazer uma legislação tirando algumas das atribuições do Supremo", afirmou o presidente do Congresso Nacional.

Na chegada a Lisboa, onde participa da X Conferência de Presidentes de Paramentos Democráticos Ibero-Americanos, ACM disse

que a decisão do ministro Sepúlveda Pertence é um erro político e jurídico. "No caso de Francisco Lopes a decisão é que ele não poderia ser plenamente investigado pela comissão. Acho que é um erro político e também jurídico, mas nós também deveremos acertar isso o mais rápido possível. Isso é preocupante até porque pode-se criar uma crise institucional nada desejável no Brasil."

ACM disse que não aceitará que as CPIs passem a ser só formais, sem direitos de investigação. "Nosso desejo é viver em harmonia com o Supremo. Agora, se por acaso ele não entende que nós temos poder no Legislativo para realizar Comissões Parlamentares de Inquérito, nós faremos uma legislação mais clara, para que isso fique estabelecido." O presidente da Câmara, Michel Temer (PMDB-SP), que também está em Lisboa, disse que não se opõe a discutir uma proposta de emenda constitucional para ampliar os poderes das CPIs.

Para Velloso, questão é pessoal

Belo Horizonte - O presidente do Supremo, ministro Carlos Velloso, considerou as críticas do senador Antonio Carlos Magalhães uma questão "pessoal". "O senador tem certos arroubos, todo mundo sabe", afirmou, ontem, em Belo Horizonte. Velloso referia-se às críticas do senador à liminar concedida pelo ministro Sepúlveda Pertence contra a quebra de sigilo e o bloqueio dos bens do ex-presidente do Banco Central Francisco Lopes.

Ele lembrou que o Supremo é guardião da Constituição e não pode permitir a violação de direitos garantidos por princípios constitucionais. E não acredita que a liminar seja motivo de novo atrito entre Legislativo e Judiciário. "O Congresso está cheio de gente sensata que raciocina em termos de interesse público", disse. "A maioria sabe que o Supremo está agindo como deve."

Velloso distribuiu à imprensa nota divulgada em Brasília na qual repele as declarações de Antonio Carlos Magalhães. "A decisão do

ministro Sepúlveda Pertence, extensamente fundamentada, com base em lições de eminentes juristas, reflete o entendimento do magistrado lúcido, independente e imparcial, que tem compromisso com a Constituição somente", diz a nota.

Em São Paulo, o jurista Celso Bastos, um dos maiores especialistas em Constituição, disse ontem que foi correta a decisão de Sepúlveda Pertence ao conceder liminar em favor de Chico Lopes. "Estou de acordo com o ministro porque uma CPI não pode se equiparar ao Poder Judiciário", afirmou.

"A comissão não tem competência para agredir os direitos individuais (os que garantem este sigilo), sobre os quais quem dá a última palavra é a Justiça." Bastos observa que embora a Constituição assegure muitos poderes às CPIs, estas jamais poderão se igualar a um tribunal. Os senadores, sustenta, não podem mandar prender nem julgar e condenar os suspeitos.